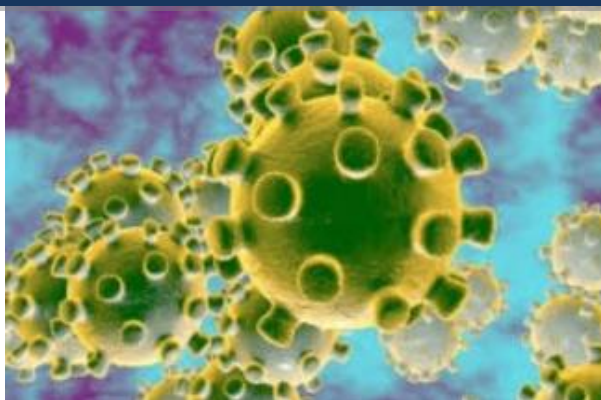




PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA PARA O NOVO CORONAVÍRUS

MIRANDELA, 2020



Fonte: <https://www.dgs.pt/corona-virus.aspx>



Mirandela, uma Cidade Resiliente!

Município de Mirandela

06-03-2020

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| 1. Enquadramento | 03 |
| 2. Forma de transmissão | 04 |
| 3. Medidas de contenção de propagação do vírus | 05 |
| 3.1. Etiqueta respiratória | 05 |
| 3.2. Higienização das mãos | 05 |
| 3.3. Outras medidas | 05 |
| 4. Organização das atividades municipais face ao risco de contaminação / possibilidade de infeção de colaborador(es) | 07 |
| 4.1. Atividades com maior risco de contaminação para os colaboradores | 07 |
| 4.2. Atividades imprescindíveis | 07 |
| 4.3. Atividades a reduzir ou desativar | 07 |
| 4.4. Formas alternativas de trabalho | 08 |
| 5. Organização da resposta face a colaborador com sintomas | 09 |
| 5.1. Áreas de “isolamento” | 09 |
| 5.2. Procedimentos em caso de alerta de colaborador com sintomas | 10 |
| 5.3. Responsabilidades no reporte de colaborador com sintomas | 14 |
| 5.4. Contacto do profissional de saúde | 14 |
| 5.5. Equipamentos e produtos disponíveis | 14 |
| 5.6. Informação e formação dos colaboradores | 15 |
| 5.7. Lista de distribuição do Plano | 15 |
| 6. Fontes de informação | 17 |

1. Enquadramento

Segundo a página de internet¹ da Direção-Geral de Saúde (DGS), “Os coronavírus são um grupo de vírus que podem causar infeções nas pessoas. Normalmente estas infeções estão associadas ao sistema respiratório, podendo ser parecidas a uma gripe comum ou evoluir para uma doença mais grave, como pneumonia. Este vírus foi identificado pela primeira vez em humanos na cidade chinesa de Wuhan, província de Hebei, tendo sido confirmados casos em outros países.”.

Na prossecução do preconizado no artigo 15.º do Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho (Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, na sua atual redação) e em cumprimento do Despacho n.º 2836-A/2020, de 2 de março de 2020, elaborou-se o presente “Plano Municipal de Contingência para o Novo Coronavírus”, sendo divulgado a todos os colaboradores com o intuito de:

- Transmitir informação facilmente precetível, relacionada com as medidas de prevenção;
- Evitar situações de medo e de ansiedade;
- Formar os colaboradores no que respeita ao procedimento a adotar face a um caso suspeito.

No referido despacho, é indicado que, segundo informação da DGS, “o Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças (ECDC) considera que existe, neste momento, um risco moderado a elevado de importação de casos de Coronavírus – intitulado de COVID-19 – nos países da União Europeia/Espaço Económico Europeu (EU/EEE), sendo o risco de transmissão secundária na EU/EEE baixo a moderado, desde que sejam cumpridas as práticas de prevenção e controlo da infeção adequadas.” (Despacho n.º 2836-A/2020, de 2 de março, página 1).

Na presença de colaborador(es) com sintomas de COVID-19, o presente Plano é acionado e é acompanhada a efetiva implementação de todos os procedimentos que aqui se estabelecem.

O Município de Mirandela mantém-se atualizado face à evolução da informação sobre o COVID-19, de acordo com informações e orientações emanadas pela DGS, pela Autoridade de Saúde Local e pelos meios de comunicação oficiais.

¹ <https://www.sns.gov.pt/2020/01/28/coronavirus-2019-ncov/>

2. Forma de transmissão

De acordo com as orientações recentemente emanadas pela DGS, o COVID-19 transmite-se pelas seguintes vias:

- Gotículas respiratórias que se propagam através da tosse ou espirro;
- Contacto direto com secreções infetadas;
- Contacto direto com superfícies contaminadas.

3. Medidas de contenção de propagação do vírus

De acordo com as recomendações da DGS, existem algumas medidas de contenção de propagação do COVID-19, tais como o cumprimento da etiqueta respiratória, a higienização das mãos, entre outras.

3.1. Etiqueta respiratória

Em caso de tosse ou espirro:

- Não tossir ou espirrar para as mãos;
- Tossir ou espirrar para o antebraço com o cotovelo fletido;
- Utilizar lenços de papel para tossir ou espirrar, descartando-o para o lixo;
- Após a tosse ou espirro, proceder à higienização das mãos.

3.2. Higienização das mãos

O contacto com superfícies possivelmente contaminadas deve ser imediatamente seguido de lavagem das mãos, durante pelo menos 20 segundos, com água e sabão ou com solução à base de álcool (mais de 70% de álcool), cobrindo toda a superfície das mãos e esfregando-as com toalhete até ficarem secas.

Deve reforçar-se a lavagem das mãos nas seguintes situações:

- Após o assoar;
- Antes e após a preparação de alimentos;
- Após o uso da casa de banho;
- Sempre que as mãos pareçam sujas.

3.3. Outras medidas

Como outras medidas de contenção de propagação do vírus, podem referir-se:

- Afixar cartazes, facultados pela DGS, em todos os edifícios municipais;
- Distribuir por todas as Juntas de Freguesia, informação sobre a COVID-19;
- Enviar, via email, a todos os colaboradores, informação sobre a COVID-19;
- Colocar em todas as instalações sanitárias de cada edifício municipal, cartazes relativos à etiqueta respiratória e higienização das mãos;
- Evitar o contacto próximo com pessoas que tenham regressado de áreas afetadas ou que tenham estado em contacto com pessoas infetadas;
- Evitar o contacto com pessoas com sintomas;
- Evitar o aperto de mão;
- Evitar as reuniões presenciais;
- Evitar os postos de trabalho partilhados;
- Contactar, via telefone (808242424), com o Serviço Nacional de Saúde (SNS24) em caso de suspeita de infeção devido à manifestação de sintomas, em caso de regresso de área afetada ou

ao contacto próximo com pessoas que tenham regressado de áreas afetadas ou que tenham estado em contacto com pessoas com sintomas ou que estejam infetadas;

- “Evitar tocar nos olhos, no nariz e na boca com as mãos sujas ou contaminadas com secreções respiratórias” (Informação n.º 006/2020, DGS, 28/02/2020);
- Em caso de doença não preparar alimentos;
- Limpar regularmente as superfícies possivelmente contaminadas, com detergentes e desinfetantes;
- Colocar na área de “isolamento” colaborador(es) com sintomas.

4. Organização das atividades municipais face ao risco de contaminação / possibilidade de infeção de colaborador(es)

Sabendo-se da possibilidade de colaborador(es) com sintomas, o Município irá organizar-se de acordo com o preconizado neste ponto.

4.1. Atividades com maior risco de infeção para os colaboradores

Consideram-se como atividades de maior risco, as seguintes:

- Atendimento ao público em local fechado ou em local aberto;
- Realização de atividades desportivas;
- Organização de eventos;
- Participação em eventos nacionais e internacionais;
- Trabalho de gabinete, com proximidade a menos de 1 metro entre os colaboradores.

4.2. Atividades imprescindíveis

Consideram-se como atividades imprescindíveis, as seguintes:

- Atendimento e informação ao público/colaboradores;
- Proteção Civil;
- Recolha de resíduos sólidos;
- Distribuição de água;
- Drenagem de águas residuais;
- Garantia da saúde e do bem-estar animal;
- Garantir o funcionamento dos estabelecimentos escolares.

4.3. Atividades a reduzir ou deastivar

De acordo com o ponto 4 do Despacho n.º 2836-A/2020, de 2 de março de 2020, consideram-se como atividades a reduzir ou a desativar, as seguintes:

- Atendimento ao público;
- Eventos ou iniciativas públicas, realizados quer em locais fechados, quer em locais abertos ao público;
- Atividades de formação presencial, dando preferência às formações à distância;
- Aplicação de métodos de seleção que impliquem a presença dos candidatos, no âmbito de procedimentos concursais;
- Funcionamento de bares, cantinas, refeitórios e utilização de outros espaços comuns;
- Funcionamento de equipamentos desportivos;
- Apoio à realização de atividades culturais, desportivas e recreativas.

4.4. Formas alternativas de trabalho

Consideram-se como formas alternativas de trabalho, as seguintes:

- Teletrabalho;
- Reuniões por vídeo;
- Teleconferências;
- Atendimento via acesso remoto.

5. Organização da resposta face a colaborador com sintomas

5.1. Áreas de “isolamento”

Foram definidas duas áreas de “isolamento”, cujas condições se encontram na tabela 1.

| Área de “isolamento” | Edifício Municipal | Condições |
|----------------------|---|--|
| AI.1 | Paço dos Távoras (1º andar) | <ul style="list-style-type: none"> - Água - Alimentos não perecíveis - Toalhetes de papel - Máscaras cirúrgicas - Termómetro - Ventilação natural - Revestimentos lisos e laváveis - Meio de comunicação externo - Cadeira e mesa - Contentor de resíduos com abertura não manual e saco de plástico - Solução antisséptica de base alcoólica – SABA (no interior e à entrada) - Instalação sanitária próxima, com doseador de sabão e toalhetes de papel (exclusiva para o colaborador) |
| AI.2 | Serviços Técnicos (Ambiente e Serviços Operacionais) | <ul style="list-style-type: none"> - Água - Alimentos não perecíveis - Toalhetes de papel - Máscaras cirúrgicas - Termómetro - Ventilação natural - Revestimentos lisos e laváveis - Meio de comunicação externo - Cadeira e mesa - Contentor de resíduos com abertura não manual e saco de plástico - Solução antisséptica de base alcoólica – SABA (no interior e à entrada) - Instalação sanitária próxima, com doseador de sabão e toalhetes de papel (exclusiva para o colaborador) |

Tabela 1 – Condições da área de “isolamento”.

Segundo a Orientação n.º 006/2020, da DGS, de 26/02/2020, a colocação de um colaborador na área de “isolamento”, tem como objetivo evitar a propagação da doença, restringindo o contacto direto com os restantes colaboradores.

5.2. Procedimentos em caso de alerta de colaborador com sintomas

O principal procedimento a adotar, em caso de alerta de colaborador com sintomas de COVID-19, está indicado no fluxograma apresentado no Anexo I da Orientação n.º 006/2020, da DGS, de 26/02/2020 que se transpôs para a figura 1 do presente Plano.

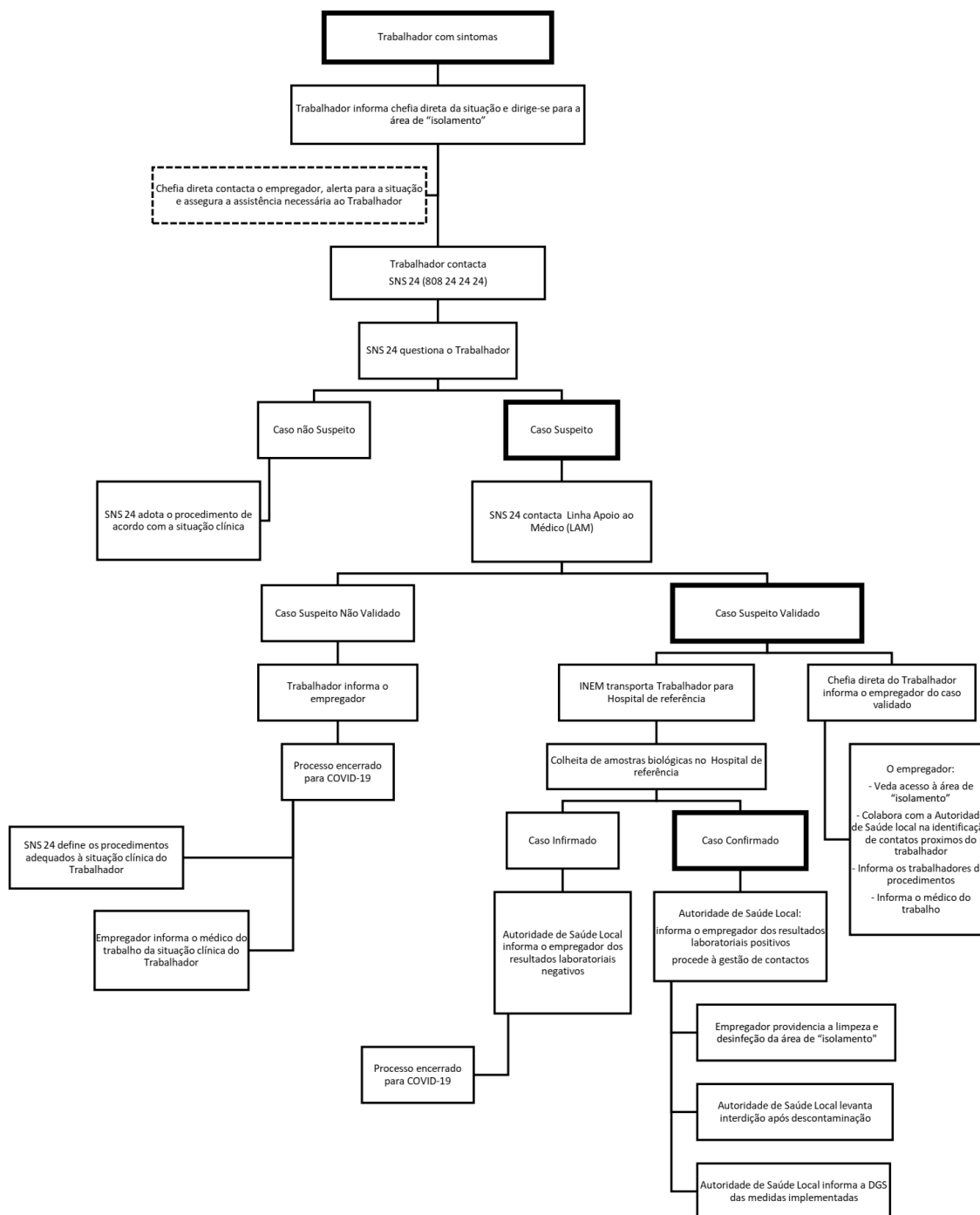


Figura 1 – Procedimento a adotar em caso de alerta de colaborador com sintomas de COVID-19.

Fonte: Anexo I da Orientação n.º 006/2020, da DGS, de 26/02/2020, página 11.

De acordo com os pontos 6 e 7 da Orientação n.º 006/2020, da DGS, de 26/02/2020, **o procedimento a adotar inicia-se com o contacto, por parte do colaborador com sintomas, ao seu superior hierárquico**, preferencialmente por via telefónica, dirigindo-se, de imediato, para a área de “isolamento” mais próxima. As áreas de “isolamento” identificadas são: AI.1 - sala no 1º andar do Paço dos Távoras e AI.2 - sala dos Serviços Técnicos (Ambiente e Serviços Operacionais).

De seguida, o superior hierárquico informa a Sr.ª Presidente.

Caso o colaborador com sintomas e ligação epidemiológica de COVID-19 tenha dificuldade de locomoção ou deslocação para a área de “isolamento”, deve ser acompanhado pelo seu superior hierárquico. Deve ser garantida a distância de segurança (superior a 1 metro) do colaborador com sintomas. Ao colaborador com sintomas é disponibilizada uma máscara cirúrgica, e o superior hierárquico utiliza a máscara FFP2 e luvas descartáveis. Deve ser garantido o cumprimento da etiqueta respiratória durante o acompanhamento do colaborador com sintomas e de higienização das mãos após o contacto com o colaborador com sintomas.

Já na área de isolamento, o colaborador com sintomas contacta o SNS 24 (808 24 24 24) e coloca a máscara cirúrgica (caso ainda não lhe tenha sido disponibilizada), verificando-se o seu ajustamento (oclusão completa do nariz, boca e áreas laterais da face) e sempre que a máscara se encontre húmida, esta deve ser substituída por outra.

O profissional do SNS24 questiona o colaborar com sintomas, avaliando a situação em Caso não Suspeito e Caso Suspeito. Tratando-se de um Caso não Suspeito, o SNS24 define os procedimentos adequados à situação clínica do colaborador. Tratando-se de um Caso Suspeito, o SNS24 contacta a Linha de Apoio ao Médico (LAM) da DGS para validação da suspeição. O Caso Suspeito é definido com base em critérios clínicos e em critérios epidemiológicos, conforme tabela 2.

| Critérios clínicos | Critérios epidemiológicos |
|--|--|
| Infeção respiratória aguda (febre ou tosse ou dificuldade respiratória) requerendo ou não hospitalização | <p>História de viagem para áreas com transmissão comunitária ativa⁴ nos 14 dias antes do início de sintomas</p> <p>OU</p> <p>Contacto com caso confirmado ou provável de infeção por SARS-CoV-2/COVID-19, nos 14 dias antes do início dos sintomas</p> <p>OU</p> <p>Profissional de saúde ou pessoa que tenha estado numa instituição de saúde onde são tratados doentes com COVID-19</p> |

Tabela 3 – Contactos do Médico do Trabalho do Município de Mirandela.

Fonte: Orientação n.º 006/2020, da DGS, de 26/02/2020, página 2.

Se a LAM não validar o Caso Suspeito, o colaborador informa o superior hierárquico e este a Sr.ª Presidente, ficando, o Caso encerrado para COVID-19 e o SNS24 define os procedimentos adequados à situação clínica do colaborador, ao mesmo tempo que a Sr.ª Presidente informa o Médico do Trabalho.

Se a LAM validar o Caso Suspeito, a DGS ativa o INEM, o INSA e a Saúde Regional, iniciando-se a investigação epidemiológica e a gestão de contactos, ao mesmo tempo que o superior hierárquico informa a Sr.^a Presidente da existência de um Caso Suspeito validado no Município.

A Sr.^a Presidente dá a indicação de vedação o acesso à área de “isolamento” e:

- Colabora com a Autoridade de Saúde Local na identificação de contactos próximos do colaborador;
- Informa todos os colaboradores da existência de Caso Suspeito validado a aguarda resultados de testes laboratoriais;
- Informa o Médico do Trabalho.

Neste momento, o Caso Suspeito validado permanece na área de “isolamento” até à chegada do INEM que assegura o transporte para o Hospital de referência onde são recolhidas amostras biológicas para testes laboratoriais. Após a saída do Caso Suspeito validado da área de “isolamento”, esta fica interdita, exceto aos superiores hierárquicos.

Se as amostras biológicas recolhidas para testes laboratoriais resultarem em Caso não confirmado, a Autoridade de Saúde Local informa a Sr.^a Presidente acerca dos resultados laboratoriais negativos e o processo fica encerrado para COVID-19.

De seguida, a Sr.^a Presidente informa todos os colaboradores, é efetuada a limpeza e desinfeção da área de “isolamento” e o presente Plano é desativado.

Se as amostras biológicas recolhidas para testes laboratoriais resultarem em Caso Confirmado, a Autoridade de Saúde Local informa a Sr.^a Presidente acerca dos resultados laboratoriais positivos.

De seguida, é providenciada a limpeza e desinfeção (descontaminação) da área de “isolamento”, permanecendo interdita até à validação da descontaminação (limpeza e desinfeção) pela Autoridade de Saúde Local que determina o regresso à normalidade no que respeita à utilização da área de “isolamento”.

Entretanto, é reforçada a limpeza e desinfeção das superfícies frequentemente manuseadas e mais utilizadas pelo Caso Confirmado, bem como dos materiais e equipamentos utilizados por este, sendo os resíduos armazenados em saco plástico que após ser fechado é segregado e enviado para operador credenciado para a gestão de resíduos hospitalares com risco biológico.

A Autoridade de Saúde Local, em consonância com o Médico do Trabalho, comunica à DGS informações sobre as medidas implementadas pelo Município e sobre o estado de saúde dos contactos próximos do doente.

Segundo o ponto 8 da Orientação n.º 006/2020, da DGS, de 26/02/2020, um “contacto próximo” é considerado um colaborador que não apresenta sintomas mas que esteve em contacto com um Caso Confirmado de COVID-19. Consoante o tipo de exposição do contacto próximo, assim é determinado o tipo de vigilância (figura 2).



Figura 2 – Procedimento a adotar em caso de “contacto próximo”.

Fonte: Anexo II da Orientação n.º 006/2020, da DGS, de 26/02/2020, página 12.

Ainda de acordo com o ponto 8 da referida Orientação da DGS, o “contacto próximo” é de **“alto risco de exposição”** caso se trate de um colaborador que:

- Trabalha na mesma sala que o Caso Confirmado (até 2 metros de distância);
- Esteve face-a-face com o Caso Confirmado ou que esteve com este em espaço fechado;
- Partilhou com o Caso Confirmado, loiça (pratos, copos e talheres), toalhas ou outros equipamentos que possam estar contaminados com expectoração, sangue ou gotículas respiratórias.

O “contacto próximo” é de “**baixo risco de exposição**” caso se trate de um colaborador que:

- Teve um contacto momentâneo com o Caso Confirmado, durante o qual houve exposição a gotículas/secreções respiratórias através de conversa face-a-face superior a 15 minutos, tosse ou espirro;
- Prestou assistência ao Caso Confirmado e tenha cumprido as medidas de prevenção.

Verificando-se um Caso Confirmado, devem ser ativados os procedimentos de vigilância ativa dos “contactos próximos”, no que respeita ao início de sintomatologia, durante 14 dias desde a data da última exposição a Caso Confirmado.

A gestão dos “contactos próximos” é efetuada pela Autoridade de Saúde Local em articulação com a Sr.^a Presidente e o Médico do Trabalho, que efetuam as seguintes atividades (segundo o ponto 8 da Orientação n.º 006/2020, da DGS, de 26/02/2020, página 8):

- “Identificar, listar e classificar os contactos próximos (incluindo os casuais);
- Proceder ao necessário acompanhamento dos contactos (telefonar diariamente, informar, aconselhar e referenciar, se necessário).”

5.3. Responsabilidades no reporte de colaborador com sintomas

O colaborador com sintomas e ligação epidemiológica de COVID-19, informa o seu superior hierárquico e este informa a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal que contacta o Médico do Trabalho.

O colaborador com sintomas contacta o SNS 24 (808 24 24 24) e na sua impossibilidade, esse contacto é efetuado pelo superior hierárquico que o acompanha.

5.4. Contacto do profissional de saúde

Os contactos do Médico do Trabalho do Município de Mirandela encontram-se afixados em todos os edifícios municipais, conforme a tabela 3.

| Profissional de Saúde | Entidade | Cargo | Contactos |
|-----------------------|---|--------------------|---------------------------------------|
| Dr. Manuel Melo | Trabalho Vivo Segurança no Trabalho, Lda. | Médico do trabalho | 936 417 291 geral@trabalhovivo.com |

Tabela 3 – Contactos do Médico do Trabalho do Município de Mirandela.

5.5. Equipamentos e produtos disponíveis

O Município dispõe do seguinte material:

- 192 Embalagens com 50 doseadores de soluções antissépticas de base alcoólica (SABA), localizados à entrada de cada edifício municipal e nas áreas de “isolamento”;
- 6 Máscaras cirúrgicas, disponibilizadas na área de “isolamento”;
- 20 Máscaras FFP2, disponibilizadas aos superiores hierárquicos;

- 50 Luvas descartáveis, disponibilizadas aos superiores hierárquicos;
- Sabão e toalhete de papel para secagem das mãos em todas as instalações sanitárias de cada edifício municipal e nas áreas de “isolamento”;
- Contentor de resíduos com abertura não manual e saco de plástico nas áreas de “isolamento”;
- Equipamento de limpeza de uso exclusivo nas áreas de “isolamento” que são descartados após utilização;
- Produtos de higiene e limpeza (desengordurante e desinfetante) para higienização e limpeza de revestimentos, equipamentos e utensílios, bem como objetos e superfícies que são mais manuseados, como por exemplo, corrimão, maçanetas das portas, botões de elevador, balcões de atendimento, torneiras e contentor de resíduos com abertura manual.

5.6. Informação e formação dos colaboradores

O presente Plano é divulgado a todos os colaboradores com o intuito de:

- Transmitir informação facilmente perceptível, relacionada com as medidas de prevenção;
- Evitar situações de medo e ansiedade;
- Formar os colaboradores no que respeita ao procedimento a adotar face ao contacto com colaborador e/ou Caso Suspeito.

Neste contexto, o Município promoveu uma reunião de informação aos chefes de Divisão e, seguidamente, irão realizar-se ações de formação dirigidas aos colaboradores que se encontram a desempenhar atividades que se consideram imprescindíveis.

O Município mantém o contacto direto com a Saúde Pública da ULSNE e com o Centro Distrital de Operações de Socorro de Bragança, da ANEPC e acompanha, permanentemente, as orientações e informações divulgadas pela DGS.

5.7. Lista de distribuição do Plano

O presente Plano é divulgado a todos os colaboradores do Município para implementação.

O Município envia o presente Plano, para conhecimento, às seguintes entidades:

- Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP);
- Unidade Local de Saúde do Nordeste (ULSNE);
- Comando Distrital de Operações de Socorro de Bragança (CDOS);
- Comando Distrital da PSP de Bragança;
- Comando Distrital da GNR de Bragança;
- Associação Humanitária de Bombeiros e Cruz Amarela de Mirandela;
- Associação Humanitária de Bombeiros de Torre de Dona Chama;
- Associação Comercial e Industrial de Mirandela (ACIM);

- Agrupamento de Escolas de Mirandela;
- ESPROARTE - Escola Profissional de Arte de Mirandela;
- EPA - Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais/Mirandela.

6. Fontes de informação

- ANEPC, Medidas orientadoras - Atuação dos bombeiros perante suspeita de doença por Coronavírus, 30 de janeiro de 2020.
- Despacho n.º 2836-A/2020, de 2 de março.
- DGS, Informação n.º 006/2020 de 28/02/2020 - COVID-19: Recomendações para eventos públicos e eventos de massas.
- DGS, Informação n.º 005/2020 de 27/02/2020 - Cidadãos regressados de uma área com transmissão comunitária ativa do novo coronavírus.
- DGS, Informação n.º 004/2020 de 23/02/2020 - Novo Coronavírus, COVID-19 - Áreas afetadas – Itália.
- DGS, Informação n.º 003/2020 de 20/02/2020 - Recomendações para viajantes.
- DGS, Informação n.º 002/2020 de 18/02/2020 - Cidadãos regressados da China ou de áreas afetadas.
- DGS, Informação n.º 001/2020 de 18/02/2020 - Medidas sociais para pessoas regressadas da China ou de áreas afetadas.
- DGS, Orientação n.º 006/2020 de 26/02/2020 - Infecção por SARS-CoV-2 (COVID-19). Procedimentos de prevenção, controlo e vigilância em empresas.
- DGS, Orientação n.º 003/2020 de 30/01/2020 - Prevenção e Controlo de Infecção por novo Coronavírus (2019-nCoV).
- DGS, Orientação n.º 002A/2020 de 25/01/2020 atualizada a 25/02/2020 - Doença pelo novo Coronavírus (COVID-19) - Nova definição de caso.
- DGS, Orientação n.º 002/2020 de 25/01/2020 atualizada a 10/02/2020 - Infecção pelo novo Coronavírus (2019-nCoV).
- Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho - Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, na sua atual redação.